

REFLEXÕES SOBRE DOCÊNCIA, PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Francisco Fernandes Ladeira¹
Thiago Fernandes Ladeira²

RESUMO

Historicamente, a educação, enquanto processo de socialização das novas gerações, é influenciada pelo modelo de sociedade vigente em uma determinada época. Na Grécia Clássica, a chamada “educação ateniense” esteve vinculada à formação integral dos indivíduos, ou seja, tendo como princípio um bom preparo físico, psicológico e cultural. Na Idade Média, o processo educativo esteve intrinsecamente associado à busca pelo Sagrado. Com as revoluções industriais surge a formação tecnicista, voltada para preparação de mão-de-obra útil ao capitalismo. A partir da última década do século 20, a educação passou a ser orientada em grande parte do planeta (incluindo o Brasil) segundo critérios de qualidade propostos por organismos internacionais, norteados por perspectivas e princípios do neoliberalismo como “produtividade”, “competitividade”, “individualidade”, “meritocracia” e “utilitarismo”. Diante dessa realidade, e levando em consideração que a educação é uma prática social demasiadamente complexa, com múltiplas determinações, o presente trabalho apresenta dois objetivos: abordar os impactos político-pedagógicos da inserção dos preceitos neoliberais na educação, com foco na escola e na sala de aula; e entender como a complexidade do fenômeno educativo pode ser estudada nas ações investigativas sobre a educação. Em relação a aspectos metodológicos, esta pesquisa pode ser classificada como “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura”. As escolhas das obras citadas neste artigo levaram em consideração os seguintes critérios: aproximação com a temática abordada, relevância acadêmica e/ou atualidade. A partir das leituras realizadas, constatou-se que as políticas educacionais sob a égide dos pressupostos neoliberais, voltadas para o atendimento de interesses econômicos e financeiros em detrimento da formação humana, tem gerado impactos negativos no processo educacional como um todo, desde a formação de professores, chegando ao andamento cotidiano da escola.

Palavras-chave: educação; neoliberalismo; pesquisa.

ABSTRACT

Historically, education, as a process of socialization of the new generations, is influenced by the model of society in force at a given time. In Classical Greece, a so-called "Athenian education" was linked to the integral formation of individuals, having been a physical, psychological and cultural exercise. For your turn, a Spartan education had to form robust, valuable and able warfare soldiers. In the Middle Ages, the educational process was intrinsically associated with the search for the Sacred. With the industrial revolutions, arises

¹ Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória. E-mail: ffernandesladeira@yahoo.com.br.

² Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: fernandesladeira@hotmail.com

the technician formation, directed to the preparation of labor to the capitalism. From the last decade of the 20th century, education became a trend for neoliberalism as "productivity", "competitiveness", "Individuality," "meritocracy" and "utilitarianism." In face of this reality, and whereas education is an overly complex social practice with multiple determinations, the present paper has two objectives: to address the political and pedagogical impacts of the insertion of neoliberal precepts in education, with a focus on school and in the classroom and to understand how the complexity of the educational phenomenon can be studied in the investigative actions on education. Regarding methodological aspects, this research can be classified as "literature review". The choices of the works cited in this article took into account the following criteria: approximation with the topic addressed, academic relevance and / or actuality. From the readings made, it was found that educational policies under the aegis of neoliberal assumptions, geared to the attendance of economic and financial interests to the detriment of human formation, have generated negative impacts on the educational process as a whole, from this formation of teachers coming to the school everyday.

Keywords: education; neoliberalism; research.

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto prática social, está situada em um contexto dinâmico e também multifacetado, que exige uma análise aprofundada de suas finalidades, uma vez que elas dão a direção de sentido a essa prática.

Isso significa que compreender o fenômeno educativo requer mais do que a observação do andamento cotidiano de uma escola ou das interações entre professores e alunos em sala de aula, pois a educação envolve, além de aspectos pedagógicos, dimensões culturais, históricas, sociais e econômicas.

De maneira geral, a concepção predominante em uma determinada época sobre "qualidade da educação" orienta as políticas educacionais, a formação (inicial e continuada) de professores, os currículos, os livros didáticos, a seleção de conteúdos, os critérios das avaliações em larga escala e os projetos pedagógicos, o que, conseqüentemente, reflete na organização escolar, no trabalho do professor e na aprendizagem dos alunos.

Pelo menos desde a década de 1990, a educação tem sido norteadada em grande parte do planeta (incluindo o Brasil) a partir de critérios de qualidade propostos por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI (BRUNS; EVANS;

LUQUE, 2011), seguindo perspectivas e princípios do neoliberalismo como “produtividade”, “competitividade”, “individualidade”, “meritocracia” e “utilitarismo”, reduzindo a formação escolar à preparação para o mercado de trabalho.

Neste contexto, as provas aplicadas em larga escala (as chamadas avaliações externas), realizadas nos âmbitos nacional e internacional (como o PISA, a Prova Brasil e o Saeb) se constituíram em principais referenciais para mensurar o sistema educacional¹.

De acordo com Libâneo e Freitas (2018), a incorporação de critérios de qualidade influenciados pelos pressupostos do neoliberalismo tem trazido inúmeros prejuízos para o desenvolvimento da educação brasileira, acarretando a deterioração do ensino público, pois praticamente todo o processo educacional passou a ter como prioridade habilitar o aluno a obter os conhecimentos necessários para um desempenho positivo nas avaliações externas.

Conseqüentemente, a escola da aprendizagem significativa – que estimula o desenvolvimento das capacidades intelectuais, afetivas e éticas do estudante, necessárias tanto à sua inserção no mundo do trabalho como à sua emancipação cidadã – é substituída por uma escola funcional, “prática”, voltada para atingir determinadas metas e a suprir a força de trabalho útil para o capitalismo.

¹ “O Programme for International Student Assessment (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep”. [...] As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. (INEP, s/d). “A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). [...] Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas (MEC, s/d).

Em outras palavras, a construção histórica da educação como bem público e direito social tem cedido espaço para a concepção de escola como “empresa” e da educação como “serviço”, priorizando os resultados em detrimento dos processos.

Sendo assim, levando em consideração as observações realizadas nos parágrafos anteriores, o presente trabalho apresenta dois objetivos básicos: abordar os impactos político-pedagógicos da inserção dos preceitos neoliberais na educação, com foco na escola e na sala de aula e entender como a complexidade do fenômeno educativo pode ser estudada nas ações investigativas sobre a educação.

Longe de querer esgotar as possibilidades analíticas sobre as temáticas suscitadas, este trabalho pretende, sobretudo, levantar alguns questionamentos para que a sociedade de maneira em geral, e os professores, em particular, possam refletir sobre os rumos tomadas pelo sistema educacional em nossa contemporaneidade.

Para tanto, o texto está dividido em cinco seções que contemplam, além desta introdução, a metodologia utilizada, o tema da educação no contexto do neoliberalismo, as pesquisas em educação e complexidade e as conclusões do presente artigo.

2. METODOLOGIA

Por se tratar de uma investigação de caráter crítico-descritivo, os recursos metodológicos da análise aqui desenvolvida consistiram em levantamento bibliográfico pertinente e na revisão da literatura, cuja temática gira em torno de questões dedicadas à influência do pensamento neoliberal sobre a prática educacional, a exemplo dos trabalhos de Arce (2001), Kuenzer (2002) e Veiga-Neto (2000).

Neste sentido, as discussões e os esforços de reflexão recolhidos nos trabalhos considerados constituem o material preliminar para a construção dos argumentos

que pretendem responder aos problemas de pesquisa propostos e sustentar as conclusões apresentadas.

3. EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

De acordo com a lógica econômica neoliberal, a educação deve ser oferecida pelo mercado para que o “ótimo produtivo” e a maximização do bem-estar sejam alcançados, mediante os mecanismos concorrenciais da competição econômica.

Adicionalmente, ao desvincular o Estado da obrigação de fornecer educação pública e gratuita, as economias geradas atendem ao importante pressuposto da responsabilidade fiscal, exortação recorrente dessa mesma ideologia.

Segundo Silva (2018), com a crescente difusão das políticas neoliberais na educação, desde os últimos anos do século passado, a influência dos organismos internacionais tem sido explícita, atuando não só em nível “macro” de formulação das políticas educacionais, mas também em níveis “meso” e “micro” de sua implementação.

Entre as estratégias neoliberais para a educação estão:

O Estado não mais como financiador da educação e sim como avaliador e controlador por meio de sistemas de avaliação; privatização das instituições educacionais públicas; aplicação de critérios quantitativos para avaliação de alunos, docentes e instituições de ensino; ênfase no caráter prático da educação; tecnicização das ações; preparação dos alunos para o atendimento à demanda empresarial de formação profissional e técnica; oferta de formação rápida e à distância, predominantemente por escolas privadas e agências de mercantilização do ensino; fetichização da educação; implantação da ideia de “sociedade do conhecimento” e da tecnologia informática (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 27).

De acordo com Libâneo e Freitas (2018), as concepções sobre a educação calcadas em pressupostos neoliberais têm trazido prejuízos consideráveis para o desenvolvimento da educação brasileira, acarretando a deterioração do ensino público, especialmente aquele destinado às camadas mais pobres da população, pois praticamente todo o processo educacional (desde a formação de professores, passando pelas políticas públicas e chegando ao processo de ensino e aprendizagem) passou a ter como principal finalidade não a aquisição por parte dos estudantes dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, necessários ao pleno exercício da cidadania, mas a obtenção de resultados positivos nas avaliações externas.

Consequentemente, as políticas de resultados vêm promovendo o estreitamento do currículo escolar e a regulação das práticas dos professores e das decisões pedagógicas da escola, gerando impactos no futuro destas e das próximas gerações de crianças e jovens, negando-lhes o direito ao desenvolvimento mais amplo por meio da educação escolar.

As mudanças desencadeadas pela reorganização do sistema capitalista no contexto da globalização econômica, da transnacionalização da estrutura de poder e da reestruturação produtiva, têm influenciado na economia e na política mundiais, levando a intervenções de organismos internacionais nas políticas, especialmente em países emergentes. Para criar um consenso global, são difundidas noções ideológicas neoliberais com a função de afirmar um pensamento único e solução única para os problemas econômicos, além de justificar a implantação de programas e ações de governo no âmbito econômico e social. Em decorrência disso, o Estado cria formas sofisticadas e estratégicas de obter o consenso entre grupos e classes sociais para a introdução de políticas públicas, entre elas as educacionais, que servem aos interesses do capital nacional e internacional (SILVA, 2018, p. 133).

Desse modo, as políticas educacionais, sob a égide dos pressupostos neoliberais, são voltadas para o atendimento de interesses econômicos e financeiros em detrimento da formação humana, crítica e emancipatória dos estudantes.

Essa visão economicista, que compreende a educação como preparação para a empregabilidade, na perspectiva dos interesses do mercado, por meio de um ensino instrumental e imediatista, influencia os critérios de qualidade de ensino a serem incorporadas no currículo escolar que, por sua vez, orientam as ações dos gestores, professores e o próprio processo de ensino e aprendizagem (CUNHA; BORGES; MELO, 2018; CUNHA; OLIVEIRA; MELO, 2018; LIBÂNEO, FREITAS, 2018).

Nessa lógica, o financiamento público da educação fica condicionado ao cumprimento de metas e índices, ou seja, as escolas que obtêm os melhores resultados nas avaliações externas também serão as mesmas que vão angariar os maiores recursos.

No tocante à formação de professores, a pedagogia neoliberal defende uma formação voltada essencialmente para o domínio da competência técnica, numa dimensão instrumental da educação.

Há o incentivo aos cursos de formação de docentes à distância e à criação de universidades que se “responsabilizaram exclusivamente com a oferta de ensino, rompendo com a proposta de indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão e enfraquecendo o sistema de produção de conhecimento científico e tecnológico” (SILVA, ZANATTA, 2018, p.258).

Nessa ótica, autores como Shiroma (2003) e Silva e Zanatta (2018) denunciam que a formação continuada passa a ser mais valorizada do que a inicial, pois as universidades, principalmente as públicas, são duramente criticadas por suas metodologias, tachadas como excessivamente teóricas e ideológicas.

Sendo assim, a formação do professor fora da universidade desencadeou o processo designado por Shiroma (2003) como “desintelectualização docente”.

Em outras palavras, isso significa uma formação mínima para reproduzir apostilas e exercícios, que se adaptem às regras, aos cronogramas, aos processos de avaliação e aos mecanismos de gestão e de controle.

Desse modo, o magistério tende a ser reduzido ao mero treinamento dos alunos para os testes padronizados. Paulatinamente, o professor vai sendo expropriado da essência de sua profissão. Pressionado a acatar conteúdos pré-definidos externamente, ele pode perder a autonomia sobre o seu trabalho, passando a não ter mais o poder de decisão em relação ao planejamento, aos objetivos, à metodologia e à avaliação, ocasionando assim a “proletarização docente”.

Não obstante, em muitas ocasiões, o aluno é privado do acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, indispensáveis à sua formação plena enquanto indivíduo. Como ele é incentivado a “memorizar” e não a “compreender” e “refletir” sobre os conteúdos ministrados, sua função é limitada a responder questões das provas aplicadas em larga escala, deixando assim de ser “sujeito” e “protagonista” no processo de ensino e aprendizagem, se transformando em mero instrumento de avaliações.

Não se trata de negligenciar a importância das provas aplicadas em larga escala como mecanismo para se aferir o sistema educacional, porém estas avaliações padronizadas não levam em conta alguns fatores que interferem no rendimento escolar (como as características sociais e psicológicas dos alunos, infraestrutura das escolas e condições de trabalho do professor) ou tampouco contemplam as competências necessárias para a formação humanística do discente.

4. PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E COMPLEXIDADE

Como a educação é uma prática social demasiadamente complexa, isto é, com múltiplas determinações, conforme apontado anteriormente, é importante que as ações investigativas sobre essa área levem em consideração todas as dimensões

que estão presentes no fenômeno educativo.

Segundo Ghedin e Franco (2011), a pesquisa em educação deve buscar ressignificar e superar o tradicional sentido de “validade científica” – baseado na crença de uma “realidade exterior” acessível pelo bom uso da razão, na ideia de neutralidade e infalibilidade científica, no distanciamento entre o sujeito que pesquisa e o seu objeto de estudo e no pressuposto de que tanto os fenômenos da natureza quanto os sociais são regidos por leis invariáveis.

Também é preciso compreender o método científico como um auxílio do pesquisador, não como caminho mecânico passível de ser trilhado mediante o emprego de algumas regras. Devida às suas especificidades, nas pesquisas em educação o método de investigação é dependente do objeto que se pretende investigar. O que importa nos fatos humanos não é a causa, mas sua significação, objetivos e valor.

Sendo assim, espera-se que um método científico, ao estudar a área educacional, precisa reserve espaço de ação e de análise ao não planejado, ao imprevisto, à desordem aparente e aos conhecimentos, subjetividades, discursos e representações sociais de alunos e professores.

Para tanto, é imprescindível a inserção sistemática do pesquisador no ambiente escolar, o acompanhamento de seu cotidiano e a troca e convergência de saberes e experiências com os sujeitos pesquisados, de modo que possa captar o que está além do observável, isto é, compreender as ideias implícitas que permeiam as ações individuais e coletivas em um determinado contexto.

No tocante aos aspectos epistemológicos das pesquisas em educação, Ghedin e Franco (2011) rejeitam tanto o “modelo objetivista”, que concebe um sujeito passivo, registrador dos estímulos advindos do ambiente, como se cada objeto tivesse uma essência que deveria ser “descoberta”; quanto o “modelo subjetivista”, que compreende a realidade como criação do sujeito, em que o objeto de conhecimento

é simplesmente a elaboração cognitiva realizada pelo pesquisador, sendo desprezada a sua dimensão material.

Portanto, conforme apontam estes autores, sendo a realidade um todo, uma totalidade articulada, o conhecimento só é possível quando há permanentes e integradas relações entre seus elementos: o sujeito, o objeto, o método e o conceito.

CONCLUSÃO

A partir dos dados obtidos neste trabalho é possível inferir que a crescente mercantilização de serviços educacionais tende a beneficiar somente aqueles que possuem poder aquisitivo suficiente para pagar por eles, fator que vem a contribuir para aumentar ainda mais o fosso existente entre as classes sociais, pois a população pobre, marcada pela dificuldade de exercer plenamente a sua cidadania e pela ausência de oportunidades, têm, no acesso ao ensino público, praticamente a única possibilidade de ascensão econômica.

Por outro lado, é imprescindível não perder de vista a dimensão política da educação. Nesse sentido, docência e pesquisa devem ser entendidas como processos mutuamente engajados, que podem contribuir para fomentar espaços de resistência às investidas neoliberais na educação e na construção de uma sociedade mais justa que busque superar as contradições impressas pelo sistema capitalista.

Embora as orientações dos organismos internacionais sejam hegemônicas na educação, isso não significa que elas serão automaticamente aplicadas em todas as

situações de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, pensadores como Althusser (1987), Bourdieu (1998) e Paulo Freire (1988) já apontavam que a escola pode tanto transmitir a ideologia hegemônica, contribuindo na manutenção do *status quo* (perspectiva reprodutivista); quanto pode se constituir, a partir de uma prática pedagógica libertadora, em lugar e meio para o desenvolvimento das lutas sociais no plano discursivo/simbólico (perspectiva transformadora).

No entanto, é importante frisar que a educação, isoladamente, não altera a realidade. São as mudanças políticas, econômicas e culturais que modificam a educação. Apesar de a escola não ser completamente subordinada aos interesses dominantes, ela não é uma instituição autônoma em relação às outras instâncias sociais. Desse modo, um melhor sistema educacional somente será possível na medida em que também seja colocado em prática um projeto efetivo de transformação global da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ARCE, Alessandra et al. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. Educação & Sociedade, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRUNS, Barbara; EVANS, David; LUQUE, Javier. **Achieving world-class education in Brazil**: The next agenda. The World Bank, 2011.

CUNHA, André Luiz Araújo. BORGES, Lucas Bernardes. MELO, Paulo Silva. Impactos das políticas educacionais nas práticas pedagógicas de matemática. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 228-252, 2018.

CUNHA, André Luiz Araújo. OLIVEIRA, Natalia Carvalhes de. MELO, Paulo Silva. Impactos das políticas educacionais nas práticas pedagógicas de matemática. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 203-227, 2018.

FREIRE, Paulo. FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INEP. **PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 15 out. 2018.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. Capitalismo, trabalho e educação, v. 3, p. 77-96, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. A pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula. In:_____. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 23-44, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

MEC. **Prova Brasil – Apresentação**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SILVA, Iraci Balbina Gonçalves. ZANATTA, Beatriz Aparecida. O professor e sua formação na perspectiva dos organismos internacionais multilaterais. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 255-278, 2018.

SILVA, Simônia Peres da. Reforma educacional goiana: desdobramentos no currículo e nas práticas educativas. In: LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 132-151, 2018.



SHIROMA, Eneida Oto. O eufemismo da profissionalização. In.: MORAES, Maria Célia Marcondes. de (Org.) **Iluminismo às avessas**: produção e conhecimento e política de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, p. 179-217, 2000.